

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

AREIA, ARDÓSIA, PENA, TINTA, CARVÃO, CANETA E LÁPIS: POR UMA HISTÓRIA DO ENSINO PRIMÁRIO EM SÃO PAULO, A PARTIR DA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA A ESCRITA NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX.

Eduardo Bezerra de Souza
Doutorando da UNIFESP- Universidade Federal de São Paulo
edu10pontos@gmail.com

O presente trabalho é um estudo da cultura escolar e da materialidade da escola primária em São Paulo no período de 1870 a 1920. O objetivo é analisar a aquisição de “utensílios” necessários ao gesto de escrever e examinar aspectos pedagógicos, econômicos, administrativos e higienistas que o uso desses instrumentos adquiriu no curso da escola primária paulista. As fontes utilizadas compõem-se de pareceres e relatórios dos inspetores, dos Anuários do Ensino do Estado de São Paulo e da revista pedagógica “A Escola Pública (1893-1897)”, localizada no Arquivo Público do Estado de São Paulo - APESP, no Centro de Referência em Educação Mario Covas – CRM, e na Biblioteca Nacional. Os procedimentos metodológicos recorrem à História da Cultura Escolar e da Cultura Material Escolar. No processo analítico das fontes operou-se com as categorias de “instituição educativa”, “cultura escolar” e “cultura material escolar”. Como conclusão preliminar considera-se a materialidade para o ensino da escrita importante elemento na conformação do campo disciplinar da escola a partir da homogeneização dos processos para o ensino da linguagem escrita nas escolas primárias da Província de São Paulo no final do século XIX e início do século XX.

Palavras-chave: Instrumentos de escrita, Cultura escolar, São Paulo.

Introdução

Como parte de pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, sob a linha de pesquisa História da Educação, sujeitos, objetos e práticas, o presente trabalho é recorte de investigação documental, bibliográfica e exploratória de abordagem histórica cujo objeto de estudo é a cultura escolar e a materialidade da escola primária em São Paulo no período de 1870 a 1920.

A periodização se justifica, pois, as últimas décadas do século XIX e anos iniciais do século XX se apresentam como marco importante na difusão mundial da escola moderna e, sobretudo, representou um período de grandes transformações principalmente no ensino público, quando se consolidaram as ideias liberais de democratização e obrigatoriedade da instrução primária, bem como de liberdade de ensino.

O aporte teórico da cultura escolar e as discussões acerca da cultura material escolar, foram adotadas para o diálogo neste trabalho que busca analisar a aquisição de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“utensílios” necessários ao gesto de escrever e examinar aspectos pedagógicos, econômicos, administrativos e higienistas que o uso desses instrumentos adquiriu no curso da escola primária paulista.

Por tratar-se de uma pesquisa não concluída, o recorte apresentado consiste em discussões preliminares sobre o uso de objetos/instrumentos para a escrita nas escolas primárias da Província de São Paulo. Embora o levantamento bibliográfico realizado até o momento tenha demonstrado o uso e desuso de artefatos como a ardósia, a pena, a tinta e o lápis de pedra e papel, neste trabalho a ênfase recai sobre o uso da pena, do tinteiro e do lápis pela recorrência desses instrumentos nos relatórios dos inspetores da instrução pública no período adotado. Por consequência, a questão que move o trabalho busca responder: quais as prescrições corporais, higiênicas e pedagógicas para o uso desses instrumentos?

Neste propósito, as fontes utilizadas para responder este questionamento compõem-se de pareceres e relatórios dos inspetores da instrução pública das escolas primárias de São Paulo, dos Anuários do Ensino do Estado de São Paulo (1907-1920) e da revista pedagógica “A Escola Pública (1893-1897)”, documentos localizados no Arquivo Público do Estado de São Paulo - APESP, no Centro de Referência em Educação Mario Covas – CRM, e na Biblioteca Nacional.

No processo analítico dessas fontes operou-se com a categoria “instituição educativa”, sob a perspectiva de Magalhães (2002), para quem na história das instituições escolares, esses espaços estabelecem interações políticas e normativas em uma estrutura educativa que perpassa materialidade, apropriação e representação. Como segunda categoria operou-se com o conceito de “cultura escolar” a partir dos estudos de Julia (2001), ao defender que a escola produz uma cultura que lhe é própria, entendida como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar. A terceira categoria utilizada é a de “cultura material escolar”, a partir dos estudos de Souza (2007), cuja definição sinaliza a materialidade da escola, o conjunto de artefatos necessários à concretização do ensino.

Como resultados preliminares observa-se que a materialidade para o ensino da linguagem escrita constituiu importante elemento na conformação do campo disciplinar da escola a partir da homogeneização dos processos que envolveram o gesto de escrever

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

nas escolas primárias da Província de São Paulo no final do século XIX e início do século XX.

Cultura escolar e materialidade na escola primária em São Paulo – 1870-1920

No Brasil, nas primeiras décadas da República, acentuaram-se os debates sobre os rumos da educação, este foi um período de formulação de projetos voltados para a escolarização, especialmente, para a institucionalização da escola primária. Neste contexto, São Paulo foi o primeiro estado brasileiro a iniciar a organização sistemática e a expansão do ensino elementar.

O pioneirismo nesta organização se deu, principalmente, por nos últimos anos do século XIX, a província passou por mudanças decisivas em seus aspectos sociais, econômicos e políticos que con(formaram) um cenário propício para o desenvolvimento de seu sistema de ensino. A excelência do aparelho escolar paulista era atribuída à organização administrativa e pedagógica fortemente marcada pela racionalidade científica, pela divisão do trabalho, classificação dos alunos e determinação da jornada escolar o que resultava em um ensino homogêneo, padronizado e uniforme.

Em face desta contingência, a escola primária em São Paulo foi delimitando um modelo de ensino próprio, dotando-se de uma identidade diferenciada no conjunto de outras instituições sociais. Esta escola nasceu, conforme sinalizou Carvalho (2003, p. 23) como o “emblema da instauração da nova ordem, o sinal da diferença que se pretendia instituir entre um passado de trevas, obscurantismo e opressão e um futuro luminoso em que o saber e a cidadania se entrelaçariam trazendo o progresso”.

A esse respeito Souza (1998, p. 16), lembra que a implantação dos primeiros grupos escolares na Província de São Paulo se deu em um contexto de divulgação dos valores republicanos, em que “os grupos escolares tornaram-se símbolos”, verdadeiros templos que deveriam representar novas concepções alicerçadas nas ideias de modernidade, progresso e cientificismo. Os grupos escolares paulistas eram dotados de melhores condições materiais, alguns com edifícios próprios, de arquitetura suntuosa,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

representavam o prestígio da Província e a perpetuação dos ideais republicanos, para a autora,

Os educadores do final do século XIX reatualizaram no Brasil, a valorização mítica da escola celebrada na Revolução Francesa. A escola representa as luzes, a vitória da razão sobre a ignorância, um meio de luta contra a monarquia e, conseqüentemente, um instrumento de consolidação do regime republicano. A escola que restituiria ao povo a posse da liberdade, como afirmava Caetano de Campo, aprisionava essa liberdade nas malhas da formação moral e cívica (ibidem, p. 171).

Essas premissas apontam que quando os grupos escolares foram criados, representaram uma das maiores inovações no ensino, pois ao mesmo tempo em que consolidou uma nova modalidade de escola, apontou para um projeto civilizador tendo essas instituições como importantes espaços de intervenção estatal e lócus de inculcação ideológica.

As pesquisas bibliográficas realizadas para esta pesquisa constatou que após a Proclamação da República, foram construídos na capital e no interior do Estado de São Paulo aproximadamente 130 Grupos Escolares e, implantadas cerca de 10 Escolas Normais para a formação de professores mais, especificamente, na (Praça da República e Brás), Itapetininga, Pirassununga, São Carlos, Piracicaba, Botucatu, Guaratinguetá, Campinas e Casa Branca (São Paulo, 1907-08; Corrêa *et al*, 1991 e Ferreira *et al*, 1998).

Segundo Souza (1998, p. 15), a implantação desses grupos escolares ocorreu a partir de um projeto que visava incorporar os ideais republicanos na educação popular. Essas escolas eram instituições modelos que disseminavam o ensino primário completo, um programa de ensino preocupado com a divulgação e perpetuação dos valores republicanos. Neste contexto, a educação foi mola propulsora para o desenvolvimento do país de modo que os republicanos mitificaram o poder da educação a tal ponto que depositaram nela não apenas a esperança de consolidação do novo regime, mas a regeneração da Nação, pois por meio da escola era preciso erradicar o analfabetismo, passo importante e decisivo no salto para a civilização.

Uma das características principais da modalidade de escolas primárias estabelecidas em São Paulo era sua organização administrativa pedagógica fortemente marcada pela racionalidade científica, pela divisão do trabalho, classificação dos alunos e determinação da jornada escolar o que resultava em um ensino homogêneo,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

padronizado e uniforme. Reis Filho (1995, p. 137), aponta que esses estabelecimentos de ensino “foram criados para reunir em um só prédio de quatro a dez escolas”. A organização dessas escolas revelava a figura de um diretor e tantos professores que se fossem necessários, bem como professores adjuntos e auxiliares, todos a critério do diretor do Grupo Escolar e os alunos eram distribuídos separadamente em classes, uma para cada sexo.

A esse respeito, Marcílio (2014, p. 137), relata que a Lei nº 88 estabelecia que o ensino primário paulista fosse dividido em preliminar sendo obrigatório dos 07 aos 12 anos e complementar, “deveria seguir o método do ensino intuitivo, com sala apropriada para os trabalhos manuais e objetos e aparelhos necessários para esse método”. Esta colocação da autora, aponta que assentados na racionalidade pedagógica que objetivava a aplicação de um ensino enriquecido e enciclopédico utilizando os mais modernos métodos e processos pedagógicos da época, os grupos escolares caracterizavam-se pela reunião de algumas escolas em um mesmo edifício.

Com os alunos distribuídos em classes, cada classe sob a regência de um professor e tendo um diretor, trouxe consigo todos os princípios fundamentais que propiciaram as mudanças no ensino primário: a racionalização, a padronização do ensino, a divisão de trabalho docente, a classificação dos alunos por séries, o estabelecimento de exames, a necessidade de prédios próprios, o estabelecimento de programas amplos, a profissionalização do magistério, novos métodos de ensino, uma nova cultura escolar, sem falar num início de burocratização administrativa (ibidem, p. 164).

Com esta configuração, a escola primária paulista, especialmente, seus grupos escolares, pretendia formar o cidadão republicano, preparar as crianças para que vivessem em sociedade. Para cumprir esta finalidade, a escola dotou-se de meios apropriados, de modo que toda a sua organização didática pedagógica, incluindo-se tempo, espaço, programas de ensino, métodos e materiais correspondessem à configuração de um saber moderno em circulação dentro e fora do país. Coube ao partido republicano ordenar e racionalizar as práticas escolares, de acordo com os preceitos pedagógicos que conferissem uniformidade às escolas existentes.

Segundo Gouvêa (2004, p. 121), “tal movimento substantivou-se na construção progressiva de uma cultura escolar específica, distintas das demais práticas culturais”. Tratou-se de da constituição de uma rede de ensino que conformasse as diversas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

práticas escolares, uniformizasse a ação exercida no interior dessa instituição e, ao mesmo tempo tentasse diferenciar a escola das demais instituições sociais.

Neste cenário, com a implantação do método intuitivo considerado o ícone da escola moderna e importante matriz discursiva de internacionalização da educação no final do século XIX, buscou-se incorporar por meio das metodologias didáticas a mentalidade deste período. Em toda parte, difundiu-se a crença no poder da escola como fator de progresso, modernização e mudança social.

Com as transformações sociais, econômicas e culturais do final do século XIX e principalmente a partir da difusão mundial da escola neste período, a aquisição da escrita foi considerada uma habilidade importante e necessária que se relacionava diretamente à civilização e ao progresso imposto pelo desenvolvimento industrial. Neste aspecto, a formação do homem produtivo se concretizava na aquisição da escrita e, o processo de escolarização, traduzido na alfabetização, tornou-se índice para medir o grau de progresso dos países, sobretudo aqueles que almejavam fazer parte das “nações civilizadas” (KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 25).

Tal constatação reconhece que a disseminação da escola moderna, pautada na racionalização pedagógica, nos conhecimentos científicos e responsável pela formação do homem novo articulou-se com as exigências do desenvolvimento industrial e com o processo de urbanização. Na segunda metade do século XIX, a expansão da lavoura cafeeira, a instalação de ferrovias e o crescimento da imigração europeia no Estado de São Paulo, aumentaram substancialmente a população urbana, o que permitiu o desenvolvimento da indústria e do comércio que passaram a se organizar em detrimento da escrita. Portanto, a expansão da escola pública primária, iniciada no século XIX, substantivou-se como resposta ao aumento da demanda da linguagem escrita.

Observa-se que paralelamente, com a construção dos grupos escolares nos centros urbanos, desencadeou-se o desenvolvimento do mercado escolar. Neste período, emerge a intenção do Estado em tornar a escola elemento de peso na produção de práticas voltadas ao processo de expansão e obrigatoriedade escolar, evidenciando, o interesse capitalista que segundo (Vidal; Silva, 2011, p. 22), encontrou na “disseminação da instituição escolar um novo nicho aberto à produção industrial”. E, ainda, conforme aponta Souza (2000) no decorrer do século XIX, “conteúdo e método

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de ensino fizeram parte do intenso debate sobre a questão política da educação popular e os meios para efetivá-la, entre eles, a melhor organização pedagógica para a escola primária” (p.9).

Deste modo, os objetos usados para escrever constituíram ao longo do século XIX e anos iniciais do século XX, a utensilagem material básica requerida para o ofício do ensinar e aprender a ler, escrever e fazer contas, sendo importantes recursos para a concretização do ensino primário, especialmente para o desenvolvimento das habilidades necessárias ao gesto de escrever.

Diante do exposto, com a expansão da escola elementar, alunos e professores tornaram-se um segmento importante de consumidores de materiais escolares possibilitando que os “instrumentos de escrita” fossem introduzidos no cotidiano das escolas como utensílios indispensáveis ao fazer pedagógico corroborando para que no processo de difusão e organização do sistema de ensino da escola pública paulista esses instrumentos assumissem papel determinante no processo de escolarização e na constituição da cultura material escolar.

Cultura Material escolar: os instrumentos de escrita

A cultura material escolar pode ser definida como:

O conjunto dos artefatos materiais necessários para o funcionamento das escolas envolvendo mobiliários e acessórios, infraestrutura do prédio escolar, equipamentos e utensílios destinados ao ensino das disciplinas como livros de leitura, cartilhas, mapas, globos, laboratórios de física e química e outros (SOUZA, 2007, p. 169).

Entre esses artefatos escolares destacam-se os instrumentos de escrita que de acordo com Frade *et al* (2014), são “aqueles objetos que constituem gestos e modos de escrever de cada tempo, ou seja, dispositivos que deixam marcas inscritas em determinados materiais ou suportes”. As fontes de investigação utilizadas na realização do estudo sobre esta materialidade nos permitiriam uma aproximação com a cultura material no momento da institucionalização da escola primária em São Paulo e para além disso, tal materialidade conforme apontam Castro *et al* (2013, p. 283), “deixa entrever projetos pedagógicos de escolarização da infância, racionalidades pedagógicas,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

representações de escola, métodos de ensino, dispositivos educativos, intenções educacionais, entre outros aspectos”. Contudo,

Contamos com a limitação de aproximarmos do conteúdo material apenas através de documentos escritos. Por isso, ainda temos o problema de, no caso dos objetos, da dificuldade em identificar o que são, para que servem, e como eram utilizados, principalmente por alguns deles não pertencerem ao nosso universo cultural atual (VEIGA, 2000, p. 6 apud CASTRO, 2013, p. 284).

Sob esta ótica, na tentativa de reconstruir um quadro analítico da cultura material escolar da Província de São Paulo, mais detidamente, sobre os objetos usados no ensino da escrita, lançamos mão de alguns documentos escritos como os relatórios dos inspetores da instrução pública, os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo (1907-1920) e a revista pedagógica “A Escola Pública (1893-1897)”.

O cruzamento dessas fontes e o levantamento bibliográfico realizado nesta investigação permitiu constatar que no ano de 1925 Herman Feher, proprietário de uma marcenaria e Fritz Johansen, marceneiro formado na Dinamarca, iniciaram uma fábrica de lápis na cidade de São Carlos do Pinhal, possivelmente a primeira fábrica de lápis do Estado de São Paulo. Em Campinas na mesma época, Gabriel Penteadó, engenheiro da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e Louis Faber também montaram uma fábrica de lápis. Cinco anos depois, em 1930, Feher se associou à fábrica alemã Faber-Castell que atualmente constitui empresa pioneira no ramo de lápis. Entretanto, Barra (2016, p. 176), indica que nas escolas paulistas nas décadas de 50, 60, 70 do século XIX, “nota-se a permanência de penas de ave, o aparecimento de pena de aço, a permanência de lápis de pedra e o aparecimento de lápis de pau”. Conforme, o quadro abaixo, elaborado a partir da análise dos Relatórios dos Presidentes da Província de São Paulo a partir de 1870 constata-se a continuidade do uso de penas, tinta preta, canetas para penas, giz de cores e branco, lápis de pedra e de papel.

Quadro 1 – Utensílios escolares de escrita – São Paulo.

Data	Localidade da Escola	Utensílios
xx/xx/1871	Escola Normal - SP	Penas, tinta preta, lápis de papel, tinteiros, canetas para penas.
01/06/1871	Paraybuna - SP	80 tinteiros de vidro.
28/06/1877	Glória - SP	1 par de tinteiro de chumbo, 6 canetas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

		para lápis de pedra.
07/07/1877	Pary - SP	1 tinteiro
12/07/1877	Pary - SP	1 tinteiro e 1 areeiro
07/02/1891	Escola Normal - SP	(x) lápis escolares
24/03/1891	Escola Normal - SP	(x) giz de cores e branco
31/05/1895	Escola Normal - SP	12 caixas de pena Mallat,
xx/02/1897	Itatiba - SP	300 lápis de pedra, 1 barril de tinta para escrever, 6 caixas com giz, 100 lápis para papel, 100 canetas, 10 caixas de penas, 9 tinteiros de vidro,

No cruzamento desses dados com a análise das edições do impresso “A Escola Pública” observou-se que esses utensílios mediavam as atividades de escrita e constituíram importantes artefatos na concretização do ensino primário paulista. Na edição de março de 1894, ao tratar do programa do curso preliminar paulista a revista aponta que os exercícios de escrita deveriam ser realizados a partir de ditados de pequenos trechos expressivos para as crianças. Além disso, elas deveriam escrever sentenças com palavras conhecidas. Embora o impresso não traga especificações detalhadas sobre o uso de instrumentos para a escrita, é possível estabelecer relações desses objetos com as disciplinas do programa de ensino.

Principalmente o lápis de uso no papel e objetos tais como a pedra, a régua e a borracha eram utilizadas nas primeiras noções de Desenho, nas disciplinas de Física, Química, Cartografia, Aritmética, Gramática e Exercícios de linguagem configurando artefatos indispensáveis ao fazer pedagógico.

Em particular, nas sequências de artigos publicadas no decorrer dos anos de 1896 e 1897, verifica-se a circulação e divulgação do método analítico nas escolas paulistas. Os artigos, escritos por Oscar Thompson e Carlos Alberto Gomes Cardim, ambos formados pela Escola Normal de São Paulo, preconizavam o uso do método analítico para o ensino da leitura e da escrita e destacava o caráter inovador da proposta deste método alicerçado no desenvolvimento mental mediante o uso combinado da mão e da vista da criança. A partir desta constatação infere-se a importância da materialidade na aplicação do método de ensino analítico e como os instrumentos para a escrita contribuíram para a sua concretização.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Posteriormente, no primeiro relatório dos Anuários de Ensino do Estado de São Paulo (1907-1920), apresentado e elaborado pelo Inspetor Geral de Ensino, João Lourenço Rodrigues, há a recomendação para que os alunos da 2ª seção devessem durante as exposições escolares, traçar desenhos de objetos simples, animais, plantas, ditados e cópias. Conforme exposto no documento, esses desenhos eram esboçados ora a lápis, ora a crayon pastel, bico de pena, aquarela e carvão, que, “a nosso vêr [referindo-se ao carvão], devia ser o preferido, porque é facil, muito rapido, apaga-se sem borracha no caso de erro, e pode-se fixar muito bem depois de prompto” (SÃO PAULO, 1907-1908, p. 59). No documento recomendava-se ainda aos Grupos Escolares e Escolas Complementares os seguintes materiais escolares:

1ª Secção. –Moveis para o alumno: carteiras singulares e duplas, quadro negro, escovas, ponteiros, armarios.

2ª Secção. –Utensilios: lousas, lapis, esponjas, canetas.

3ª Secção. –Objectos de ensino: livros de leitura, compêndios, manuais, cadernos, mappas, contadores mecânicos, taboleiros de areia, quadros de Parker (SÃO PAULO, 1907-1908, p. 51).

Observa-se que não há prescrições acerca do uso desses objetos. Contudo, ao examinar os trabalhos dos alunos do jardim de infância e alunos da Escola Normal elaborado para a Exposição Nacional do Rio de Janeiro contatou-se na seção “trabalhos de escrita e cartografia”, a descrição de algumas atividades relacionadas à escrita, “escriptas a lápis, que consistiam em calligraphias, facíllimas, cópias e dictados de pequenas sentenças, exercícios sobre formação de sentenças curtas e ainda copias de trechos escriptos no quadro pela professora”. (SÃO PAULO, 1907-1908, p. 54).

No anuário de 1908, o inspetor de ensino Ramom Roca Dordal sinaliza os inconvenientes do uso da lousa recomendando sua substituição pelo papel e indicando o uso do lápis para papel.

É preciso não ter observado o esforço, a somma de defeitos, o entorpecimento occasionado à criança que inicia o tirocinio escolar ao ter de escrever na lousa com um duro lapis de pedra, para não se convencer de que da origem a grande numero de inconvenientes sem vantagem alguma (SÃO PAULO, 1908, p. 75).

A prescrição acima revela a intenção de produzir um corpo escolarizado, trabalhado e modelado pelas práticas escolares. Neste cenário, o campo da higiene

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

emergiu como mecanismo na formação do novo cidadão na perspectiva da civilidade e modernidade rumo ao discurso de ordem e progresso. Segundo Faria Filho (1998), o novo modelo caligráfico, ao ser apresentado como “rápido, econômico e higiênico”, tornava a letra mais homogênea e adaptada aos padrões da modernidade. O modelo de letra vertical era o único capaz de preparar o aluno para o exercício da escrita eficiente e legível, tão necessário ao trabalho no comércio e na indústria (FARIA FILHO, 1998, p. 54).

No que se refere ao ato de escrever, o uso dos instrumentos para a escrita pressupôs uma série de regras quanto à posição correta do aluno, da pedra de ardósia e posteriormente do papel, de como segurar o lápis, quanto ao tamanho correto das mesas, bancos e carteiras etc. Constatou-se que essas prescrições fundamentavam-se na incorporação dos avanços no campo da higiene relacionado com a ordem social emergente.

Na província de São Paulo o uso dos objetos para a escrita se fazia junto às lições de gramática, aos exercícios do desenho e traçado das letras e na prática da caligrafia. O decreto 1217 de 19/04/1904 determinava a caligrafia norte-americana ou inclinada como a mais adequada no ensino das primeiras letras.

Os exercícios de caligrafia acompanham as lições de leitura; assim, os alunos começarão, desde o primeiro dia de aula, a copiar letras, palavras e pequenas sentenças. Ao professor incumbe observar e corrigir a posição dos dedos e do corpo. No primeiro ano os exercícios serão feitos, no primeiro semestre, nas ardósias e, no segundo, no papel, com lápis. Do segundo ano em diante, serão usados os cadernos, cujo tipo principal de letra seja a norte-americana, completando-se este ano com o ensino de letras de fantasia (DECRETO 1217, de 19/04/1904).

Entretanto, “apesar de “elegante, graciosa e pessoal”, o ensino deste tipo de letra, era criticado, porque percebida como a causa para os problemas de miopia e escoliose encontrados nos/as escolares” (VIDAL, 1998, 126). Ainda segundo a autora,

A importância de desenvolver a boa escrita era realçada pelo imperativo de formar o senso estético da criança, precioso à sua educação sentimental. O ensino da técnica, ainda, deveria proporcionar ao/a aluno/a hábitos de ordem e asseio e disciplina mental (ibidem 1998, p. 2).

O gesto de escrever, portanto, não estava apenas ligado ao ensino da linguagem, mas também na concretização de uma cultura escolar tal como propõe Julia (2001), um

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar. Escrever era uma maneira de inculcar nas crianças os valores de civismo, de ordem e de disciplina, preceitos do ideário positivista e que fundamentavam os valores defendidos pelo partido Republicano.

Considerações finais

A materialidade para o ensino da escrita configurou importante elemento de conformação do campo disciplinar da escola a partir da homogeneização dos processos para o ensino da escrita nas escolas primárias paulistanas na periodização estabelecida. Igualmente, a escrita, em consonância com a leitura e a contagem, constitui o objetivo fundamental do ensino republicano paulista; instruir as habilidades da escrita estava diretamente relacionado aos preceitos de civismo: a escrita e a caligrafia representavam ordem e disciplina aos corpos.

Ainda no conjunto de prescrições para o ensino da escrita, observou-se a contribuição desta linguagem para educar e transformar a “corporeidade da criança” em “corporeidade do aluno”, o que implicava educar a postura, demarcar e controlar claramente os gestos, criar condições para um escrever saudável e higiênico. Enquanto prescrevia-se sobre a forma ideal de posicionar-se diante do papel e de movimentar mãos e dedos, produzia-se um corpo escolarizado. O discurso médico higienista fazia alusão à organização das escolas e dos corpos e a orientava a seguir os preceitos higiênicos no espaço escolar.

Deste modo, o ensino da escrita pautado em preceitos higienistas visou a modificação de hábitos em conformidade com um projeto de modernidade e civilização, formar o cidadão forte e saudável na criação da pátria civilizada.

Portanto, como resultados preliminares, neste trabalho aponta-se que os objetos usados para ensinar a escrever como penas, tintas, canetas e lápis configuraram artefatos indispensáveis ao fazer pedagógico. Além de sugerirem possíveis relações das disciplinas com os métodos de ensino, esses objetos, quando analisados a partir de seus contextos de produção, circulação e uso, oferecem elementos para a reflexão acerca da importância que assumiu a dimensão material do ensino no processo de difusão da

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

escolarização em São Paulo e compõem elementos para o estudo da cultura material escolar, dimensão significativa da cultura escolar.

Referências bibliográficas

BARRA, V. L. da. Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola pública paulista do século XIX. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

CARVALHO, M. M. C. de. **A Escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista, São Paulo: USF, 2003.

CASTRO, C; VIDAL, D. G; PERES, E; SOUZA, G. de; SILVA, V.L.G. da. Cultura Material Escolar: fontes para a História da Escola e da Escolarização elementar (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925), p. 275-305. In: SOUZA, R. F. de; SILVA, V.L.G. da; SÁ, E. F. de. Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930), Cuiabá: EdUFMTA, 2013.

CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão. (1991) **Arquitetura escolar paulista: 1890/1920**. Maria Elizabeth Peirão Corrêa, Helia Maria Vendramini Neves, Mirela Geiger de Mello. São Paulo: FDE. Diretoria de Obras e Serviços, 1991.

FRADE, I. C. A. S. Instrumentos de escrita. In: Isabel Cristina Alves da Silva Frade; Maria da Graça Costa Val; Maria das Graças de Castro Bregunci. (Org.). **Glossário Ceale**: Termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. 1ed. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2014, v. 1, p. 151-152.

FERREIRA, Avany De Francisco, CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão, MELLO, Mirela Geiger de. (1998) **Arquitetura escolar paulista: restauro**. São Paulo: FDE-Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1998.

GOUVÊA, M. C. S. de. **O mundo da criança**: a construção do infantil na literatura brasileira. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

JULIA, D. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. Tradução: Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**. São Paulo: Autores Associados/SBHE, n.1, 2001, p. 9-43. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749>. Acesso em: 04 maio. 2021.

KUHLMANN JR., M. **As Grandes festas didáticas**: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). Bragança Paulista: Edusf, 2001.

MAGALHÃES, J. **Contributo para a história das instituições educativas**: entre a memória e o arquivo. Braga (Portugal): Universidade do Minho, 2002.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

MARCÍLIO, M.L.S. História da Escola em São Paulo e no Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2014.

REIS FILHO, C. A educação e a ilusão liberal: origens da Escola Pública Paulista. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

SÃO PAULO. (1907-1908). Anuário do Ensino do Estado de São Paulo. São Paulo: Tip. Augusto Siqueira. Disponível em:
http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino. Acesso em 30 de jul. de 2021.

SÃO PAULO. (1918). Anuário do Ensino do Estado de S. Paulo. São Paulo: s/e.

SOUZA, R.F. Templos de Civilização: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves; GVIRTZ, S. O ensino da escrita e a conformação da modernidade escolar: Brasil e Argentina (1880-1940). In: **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 8, p.13-30, 1998. Disponível em:
http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE08/RBDE08_04_DIANA_E_SILVINA.pdf. Acesso em: 09 maio. 2021.